

Parlamentares tentam evitar 'crise de governabilidade'

13 MAR 1988

CLÓVIS ROSSI
Enviado especial a Brasília

FOLHA DE SÃO PAULO

"As Forças Armadas querem o fortalecimento do poder civil. Não há outra saída para o Brasil." Essa frase foi colhida pela Folha no Palácio do Planalto e é dada como posição consensual dos três ministros militares, o general Leonidas Pires Gonçalves (Exército), o almirante Henrique Saboia (Marinha) e o brigadeiro Octávio Moreira Lima (Aeronáutica).

Idêntica avaliação foi obtida em sondagens junto a setores militares, pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, do PMDB e da Câmara dos Deputados, e pelos senadores José Richa (PMDB-PR) e Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do partido no Senado.

"Por mais tranquilizadora que pareça, a frase não afasta o fantasma que povoa o Congresso constituinte, plasmado na expressão "crise de governabilidade", cunhada já no ano passado pelo governador do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, e de uso cada vez mais corrente.

Por isso mesmo, os constituintes mais responsáveis estão enredados em uma discussão em torno de como conciliar o permanente (as regras

constitucionais que valerão para o futuro próximo e, espera-se, também para o futuro mais distante) com o conjuntural (ou seja, como evitar a explosão definitiva da crise de governabilidade até que as novas regras sejam postas em prática).

Essa é a essência das discussões que combinam a duração do mandato do presidente José Sarney com o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) a ser inscrito na nova Constituição. As posições básicas são estas:

1 — Os aliados do Palácio do Planalto defendem a manutenção do presidencialismo, com cinco anos de mandato para o presidente. Além de ponderável dose de fisiologia nessa posição, há a avaliação de que a eleição presidencial em 88 desestabilizará de uma vez o já precário quadro econômico-social, tese reiteradamente exposta pelo Palácio do Planalto, e impedirá a elaboração das leis complementares à Constituição.

Avançando um pouco no futuro, esse grupo comprou a tese palaciana de que, com eleição em 88, ganha fatalmente o presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, cuja posse seria, ainda por essa visão, impedida pelas Forças Armadas, gerando um retrocesso institucional.

De toda essa análise, o único trecho que tem alguma consistência é a hipótese de um veto militar à posse de Brizola, se ele ganhar, o que está longe de ser uma fatalidade.

Os aliados do Planalto acham que, definidos os cinco anos e mantido o presidencialismo, Sarney começará de fato a governar. "O parlamentarismo de fato acabou no dia 5 de janeiro" (data da posse de Mailson da Nóbrega no Ministério da Fazenda), comemora, por exemplo, Arnold Wald, novo presidente da Comissão de Valores Mobiliários, para sinalizar essa suposta disposição presidencial de mudar os rumos do governo a partir de sua "libertação" dos partidos políticos.

Essa disposição poria fim, ainda segundo essa avaliação, à crise de governabilidade.

2 — Os defensores de presidencialismo com quatro anos de mandato entendem que a realização de eleições presidenciais em 1988 é que acenderá a luz no fim do túnel. O fato de que haverá, com a aprovação dos quatro anos, um claro debilitamento de um governo já fraco, aumentando a crise de governabilidade, é contraposto ao oxigênio representado pela campanha presidencial.

A campanha eleitoral em si será suficiente para levar a situação até a posse do novo presidente", acha, por exemplo, Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP), candidato de seu partido à Presidência.

3 — Os defensores do parlamentarismo, independentemente da duração do mandato presidencial, seguem duas linhas de raciocínio: uma indica que esse sistema é mais sólido, institucionalmente, o que será uma garantia futura de que não ocorrerão novos retrocessos institucionais.

Ontem, no Senado, o senador Fernando Henrique Cardoso citou dados de uma pesquisa do norte-americano Fred Riggs (Universidade do Havaí), na qual se mostra que todos os países do 3º Mundo que adotaram o presidencialismo, sofreram um colapso institucional, de 1945 para cá. Ao passo que alguns países também subdesenvolvidos que optaram pelo parlamentarismo conseguiram preservar o mecanismo institucional.

A segunda linha de raciocínio dos parlamentaristas é dada pelo senador José Richa: ele acha que o parlamentarismo é o único "fato novo" que pode ser criado pelo mundo político para oxigenar a crise de governabilidade. Uma vez im-

plantado, acha Richa, um acordo social ou trégua, ou que nome venha a ter, abriria caminho para que o país se estabilizasse.

O problema dos parlamentaristas é saber o que fazer com o governo Sarney. Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), autor da emenda parlamentarista que deverá ser votada na semana que vem, pede a introdução do novo sistema dez dias após a promulgação da Carta. Ou seja, a crise de governabilidade seria resolvida pela mudança do eixo do poder, que passaria da Presidência para o Congresso, via gabinete.

Mas a maioria dos parlamentaristas prefere deixar o parlamentarismo para depois da eleição presidencial, seja ela em 88 ou em 89. O receio deles é de que o presidente Sarney, contrariado com a mudança nas regras do jogo, bombardeie o novo sistema até inviabilizá-lo.

Dessa premissa, surge a dificuldade: como encerrar, até lá, a crise de governabilidade? O governador Henrique Santillo (GO) acha que a solução está na elaboração de um plano de emergência, que seria adotado pelo governo, depois de uma negociação com a sociedade.

Santillo já está em ação, nessa direção, depois de obter sinal verde do próprio Sarney, em audiência esta semana: nos dias 18, 19 e 20, em Goiânia, reúne representantes de governadores estaduais (nove em princípio) para uma discussão do roteiro de elaboração do plano de emergência. Depois, serão chamadas a incorporar-se ao plano entidades como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), as centrais sindicais (a CGT já respondeu afirmativamente) e acadêmicos de peso.

Pronto, o plano será levado ao presidente. A questão é saber se Sarney se dispõe mesmo a aplicá-lo. O ex-governador de São Paulo André Franco Montoro, que trabalha no mesmo sentido, mas independentemente de Santillo, acredita que o presidente adotará uma iniciativa dessa natureza, pela simples razão de que "será o maior beneficiário".

Se Montoro e Santillo têm ou não razão no seu otimismo, se saberá muito rapidamente, em função da reação de Sarney à decisão que o Congresso constituinte adotar na próxima semana. Ai, a crise pode não se resolver, mas, pelo menos, fica mais nítida nos seus contornos.